



**EDITAL PROEN Nº 09/2023
PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA**

CHAMADA PÚBLICA

(Público Alvo: DISCENTES QUILOMBOLAS OU INDÍGENAS)

O Instituto Federal do Amapá, através da Pró-reitoria de Ensino – PROEN, no uso de suas atribuições legais, faz saber aos discentes de graduação quilombolas ou indígenas que está aberta a **CHAMADA PÚBLICA**, para o preenchimento das vagas disponíveis no Programa Bolsa Permanência - PBP do Ministério da Educação - MEC, nos termos da Portaria/MEC nº 389, de 09/05/2013, da Resolução/FNDE nº 13, de 09/05/2013, no art. 1º da Convenção nº 169/1989 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 143 de 20 de junho de 2002 e no art. 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 e Portaria SESu/MEC nº 09, no Diário Oficial da União (DOU) nº 88, de 10/05/2023, com recurso proveniente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e com base nos critérios e condições definidos a seguir.

1 DO PROGRAMA

1.1 O Programa Bolsa Permanência – PBP é uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a discentes de graduação matriculados em instituições federais de ensino autodeclarados indígenas e/ou quilombolas.

1.2 A bolsa permanência será paga pelo Fundo Nacional de Educação – FNDE, de acordo com o disposto na Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968 e suas alterações.

1.3 O recurso será pago diretamente ao discente de graduação por meio de um cartão de benefício, conforme orientações descritas no Ofício-Circular [Nº 8/2023/CGRED/DIPPES/SESU/SESU-MEC](#).

2 DOS OBJETIVOS

2.1 Viabilizar a permanência de discentes de graduação indígenas e/ou quilombolas.

2.2 Reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil.

2.3 Promover a democratização do acesso ao ensino superior, por meio da adoção de ações complementares de promoção do desempenho acadêmico.



3 DO VALOR DA BOLSA PERMANÊNCIA

3.1 A Bolsa Permanência para discentes indígenas e / ou quilombolas, matriculados em cursos de graduação, é no valor de R\$ 1.400,00 (Mil e quatrocentos reais) mensais, estabelecido pelo Ministério da Educação.

4 DAS CONDIÇÕES PARA CONCESSÃO DA BOLSA

4.1 Poderá receber a bolsa permanência o discente que cumprir, cumulativamente, as seguintes condições:

4.1.1 Não ultrapassar dois semestres do tempo de integralização do curso de graduação em que estiver matriculado;

4.1.2 Realizar o trâmite de inscrição no sistema de gestão do programa no sítio <http://sisbp.mec.gov.br> ;

4.1.3 Ter seu cadastro devidamente aprovado e, mensalmente homologado pela instituição federal de ensino, no âmbito do sistema eletrônico de gestão do programa;

4.1.4 Comprovar a condição de indígena ou quilombola nos termos da legislação vigente;

4.1.5 Ter frequência e rendimento satisfatórios de no mínimo 75% e 100%, respectivamente, nas disciplinas nas quais estiver matriculado;

4.1.6 Não possuir nenhuma reprovação.

5 DA COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE DISCENTE INDÍGENA E / OU QUILOMBOLA

5.1 Consideram-se povos indígenas aqueles definidos no art. 1º da Convenção nº 169/1989 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002.

5.2 Consideram-se comunidades quilombolas aquelas definidas no art. 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

5.3 A documentação mínima para comprovação da condição de discente indígena e / ou quilombola é:

5.3.1 - Autodeclaração do candidato indígena (Anexo I);



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

5.3.2 - Autodeclaração do candidato quilombola (Anexo II);

5.3.3 - Declaração de pertencimento étnico - Lideranças comunitárias estudantes quilombolas (Anexo III);

5.3.4 - Declaração de pertencimento étnico - Lideranças comunitárias estudantes indígenas (Anexo IV)

5.3.5 - Declaração da Fundação Nacional do Índio – FUNAI de que o discente indígena reside em comunidade indígena ou comprovante de residência em comunidade indígena, (Anexo V);

5.3.6 - Quando a FUNAI não declarar a residência do estudante em comunidade indígena, o candidato deverá apresentar para fins de comprovação de residência do estudante em comunidade indígena a Declaração de pertencimento étnico e de residência do estudante indígena (Anexo VI);

5.3.7 - Declaração da Fundação Cultural Palmares de que o discente quilombola reside em comunidade remanescente de quilombo ou comprovante de residência em comunidade quilombola (Anexo VII);

5.3.8 - Quando a Fundação Cultural Palmares não declarar a residência do estudante em comunidade quilombola, o candidato deverá apresentar a Declaração de pertencimento étnico e de residência do estudante quilombola (Anexo VIII).

6 DAS INSCRIÇÕES

6.1 O discente interessado no PBP deverá acessar o sistema eletrônico da gestão do programa, no sítio <http://sisbp.mec.gov.br> e realizar os passos descritos a seguir:

6.1.1 Preencher o formulário cadastral até alcançar o status finalizado;

6.1.2 Responder ao questionário socioeconômico;

6.1.3 Imprimir, assinar, digitalizar e anexar o Termo de Compromisso (Anexo) no sistema eletrônico de gestão do programa;

6.1.4 Imprimir, assinar, digitalizar e anexar a autodeclaração do candidato indígena ou quilombola, conforme Anexos I e II deste edital;

6.1.5 Imprimir, assinar, digitalizar e anexar a Declaração de Pertencimento Étnico para estudante indígena ou quilombola devidamente preenchida, assinada por três lideranças, conforme Anexos III e IV deste edital;

6.1.6 Imprimir, assinar, digitalizar e anexar a Declaração de Residência em Comunidade Indígena



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

ou Quilombola, assinada por três lideranças, conforme Anexo V e VI deste edital ou Declaração da Fundação Nacional do Índio – FUNAI ou da Fundação Palmares de que a/o estudante indígena ou quilombola reside em comunidade indígena ou quilombola;

6.1.7 Acompanhar os trâmites de sua solicitação;

6.2 O candidato deverá encaminhar via formulário eletrônico : <https://forms.gle/r7HLtkESHcCq2kWk9>, os documentos de comprovação solicitados no item 5, como também, os seguintes documentos: o Termo de Compromisso impresso e assinado; cópia da Carteira de Identidade; CPF; comprovante de matrícula e histórico escolar;

6.2.1 O período para apresentação da documentação está descrito no item 8 (oito), deste edital;

6.3 Discentes indígenas e / ou quilombolas não passarão pela avaliação socioeconômica, conforme orienta o Art. 5º da Portaria MEC nº 389/2013;

6.4 Após seleção e homologação, o discente passará a ser beneficiário do Programa Bolsa Permanência, através de recurso pago por meio de um cartão de benefício emitido pelo Banco do Brasil.

Parágrafo único: A ausência de qualquer documento acarretará no indeferimento da solicitação.

7 . DA MANUTENÇÃO DA BOLSA

7.1 O IFAP, por meio da PROEN, enviará, mensalmente ao MEC, a relação dos discentes que fazem jus ao recebimento das bolsas, acompanhando a frequência dos usuários, por meio de relatório de frequência enviado à PROEN, pelos campi, até o dia 20 de cada mês.

7.2 A frequência regular em aula é pré-requisito para a homologação mensal da Bolsa Permanência do MEC;

7.3 A reprovação por frequência resulta na suspensão do pagamento do benefício, não sendo restabelecida a homologação da bolsa;

7.4 O benefício é automaticamente revogado se a/o estudante ultrapassar dois semestres do tempo regulamentar do curso de graduação em que estiver matriculada/o para se diplomar.

8 CRONOGRAMA

8.1 O cronograma a seguir apresenta as atividades a serem desenvolvidas, os respectivos períodos, responsáveis e locais.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

DATAS	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	LOCAL
Até 30/06/2023	Cadastro no sistema PBP, assinatura e inserção do termo de compromisso assinado e digitalizado	Discente candidato à bolsa	Sistema eletrônico de gestão do programa http://sisbp.mec.gov.br
Até 30/06/2023	Entrega da documentação comprobatória	Discente candidato à bolsa	Formulário eletrônico https://forms.gle/r7HLtkESHcCq2kWk9
A partir de 07/06/2023 considerando as vagas disponíveis até o limite máximo de 10 (dez) mil bolsas, conforme previsão orçamentária do MEC para 2023	Aprovação dos cadastros dos discentes que tiverem os pedidos deferidos	PROEN	Sistema eletrônico de gestão do programa http://sisbp.mec.gov.br
04/07/2023	Publicação da relação dos candidatos aprovados	PROEN	Sítio institucional https://ifap.edu.br/index.php/acoes-programas/permanencia
16 (dezesseis) dias após a autorização do cadastro (conforme cronograma do programa)	Homologação das bolsas	PROEN	Sistema eletrônico de gestão do programa http://sisbp.mec.gov.br

9 DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 A Bolsa Permanência concedida pelo Ministério da Educação é acumulável com outras modalidades de bolsas acadêmicas e com os auxílios-moradia, transporte, alimentação e outros criados por atos próprios das instituições federais de ensino.

9.2 Este Edital encontra-se submetido aos regimentos do Programa Bolsa Permanência - PBP dispostos no site <http://sisbp.mec.gov.br>.

9.3 Para mais informações sobre o PBP, os discentes poderão consultar o Manual do Programa Bolsa Permanência, disponível em http://sisbp.mec.gov.br/docs/manual_sisbp.pdf.

9.4 Em caso de dúvidas, enviar e-mail para deaes.proen@ifap.edu.br.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

9.5 O órgão responsável pelo pagamento do PBP é o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Autarquia vinculada ao Ministério da Educação.

9.6 A divulgação, comunicados e/ou posteriores alterações a este edital estarão disponíveis no sítio <https://ifap.edu.br/index.php/acoes-programas/permanencia> . A inscrição do candidato implicará na aceitação das normas do Programa Bolsa Permanência, contidas na legislação que, neste edital e demais comunicados a serem publicados.

9.7 É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento das informações e publicações referentes ao programa no sistema de gestão <http://sisbp.mec.gov.br/> e no sítio do IFAP <https://ifap.edu.br/index.php/acoes-programas/permanencia>.

9.8 Os casos omissos serão analisados pela Pró-reitoria de Ensino do IFAP.

Macapá, 05 de junho de 2023.

VICTOR HUGO GOMES SALES
Pró-Reitor de Ensino
Portaria nº 200/2018/GR/IFAP